

PROVA OBJETIVA
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025
CÂMARA MUNICIPAL DE PACATUBA

Cargo

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

ORIENTAÇÕES

VERIFIQUE ATENTAMENTE SE ESTE CADERNO:

- ❖ Corresponde ao cargo para o qual se candidatou.
- ❖ Contém 50 (cinquenta) questões, numeradas de 01 a 50, caso contrário reclame ao fiscal da sala outro caderno. NÃO serão aceitas reclamações posteriores.
- ❖ Para cada questão existe apenas **01 (UMA)** resposta certa.
- ❖ Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- ❖ A alternativa escolhida deve ser marcada no CARTÃO RESPOSTA que você recebeu.
- ❖ Procurar no CARTÃO RESPOSTA, o número da questão que você está respondendo.
- ❖ Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C ou D) da resposta que você escolheu.
- ❖ A opção escolhida pelo candidato deverá, **obrigatoriamente**, ser marcada no CARTÃO RESPOSTA, cobrindo **todo o círculo**, conforme exemplo meramente ilustrativo abaixo:

FORMA CORRETA ✓

	A	B	C	D
1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

FORMA INCORRETA ⊗

	A	B	C	D
1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

FORMA INCORRETA ⊗

	A	B	C	D
1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- ❖ Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, com tinta na cor azul ou preta.
- ❖ No cartão resposta, marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará em nota zero à questão.
- ❖ Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- ❖ Você terá 04 (quatro) horas para responder a todas as questões e preencher o CARTÃO RESPOSTA.
- ❖ Não será possível a substituição do CARTÃO RESPOSTA.
- ❖ Dirija-se ao(à) fiscal de maneira respeitosa.
- ❖ O CARTÃO RESPOSTA, único e personalizado, é o instrumento exclusivo, para efeito de correção das provas, não sendo permitido rasuras e/ou utilização de corretivos, sob pena de anulação da questão.
- ❖ O(a) candidato(a) deverá, **obrigatoriamente**, assinar o **CARTÃO RESPOSTA**, sob pena de ser eliminado(a) do Processo Seletivo Público.
- ❖ **Obrigatoriamente**, os 03 (três) últimos(as) candidatos(as) deverão permanecer na sala para testemunhar juntamente com os(as) fiscais e coordenador(a) o lacre das provas.

ESPAÇO DESTINADO PARA RASCUNHO DO GABARITO – DESTACÁVEL

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

Destaque aqui

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder as questões 1 e 2.

Explode Coração

Chega de tentar dissimular
E disfarçar e esconder
O que não dá mais pra ocultar
E eu não posso mais calar
Já que o brilho desse olhar foi traidor e
Entregou o que você tentou conter
O que você não quis desabafar e me cortou.
Chega de temer, chorar, sofrer
Sorrir, se dar, e se perder, e se achar
Que tudo aquilo que é viver,
Eu quero mais e me abrir
E que essa vida entre assim
Como se fosse o sol
Desvirginando a madrugada
Quero sentir a dor dessa manhã.
Nascendo, rompendo, rasgando,
E tomando meu corpo e então eu
Chorando, sofrendo, gostando, adorando, gritando
Feito louco, alucinado e criança
Sentindo o meu amor se derramando
Não dá mais pra segurar
Explode coração.

Composição: Gonzaguinha.

(Fonte: Gramática da Língua Portuguesa Uso e Abuso. Suzana d'Avila – Volume Único. Editora do Brasil S/A. Ensino de 1º grau. 1997. p. 259
<https://armazemdetexto.blogspot.com/search/label/M%C3%9ASICA>).

01. A letra de “Explode Coração”, de Gonzaguinha, expressa um eu lírico que rompe com o silêncio e reprime sentimentos para afirmar a necessidade de viver intensamente. Essa ideia dialoga com textos e discursos que valorizam:

- a) A repressão dos sentimentos e o controle das emoções em nome da racionalidade.
- b) A passividade e a conformidade diante das dores da vida cotidiana.
- c) A liberdade emocional e o autoconhecimento como formas de plenitude existencial.
- d) A alienação dos indivíduos em relação a suas próprias emoções.

02. O poema-canção de Gonzaguinha, ao tratar do transbordamento das emoções e da busca por autenticidade, aproxima-se de tradições literárias e musicais que exploram a tensão entre razão e emoção. Nesse sentido, a intertextualidade da letra manifesta-se principalmente:

- a) Na retomada de ideais românticos de exaltação dos sentimentos e da subjetividade, ressignificados no contexto da canção popular brasileira.
- b) Na imitação da estrutura clássica dos sonetos, com versos metrificados e rimas regulares.
- c) Na reprodução literal de metáforas bíblicas que tratam do sofrimento e da redenção.
- d) Na alusão direta a movimentos políticos da década de 1970, sem carga simbólica emocional.

Leia o texto abaixo para responder às questões 3, 4 e 5.

POEMA: DIANTE DE UMA CRIANÇA

Como fazer feliz meu filho?
Não há receitas para tal.
Todo o saber, todo o meu brilho
de vaidoso intelectual
vacila ante a interrogação
gravada em mim, impressa no ar.
Bola, bombons, patinação
talvez bastem para encantar?

Imprevistas, fartas mesadas,
louvores, prêmios, complacências,
milhões de coisas desejadas,
concedidas sem reticências?

Liberdade alheia a limites,
perdão de erros, sem julgamento,
e dizer-lhe que estamos quites,
conforme a lei do esquecimento?

Submeter-me à sua vontade
sem ponderar, sem discutir?
Dar-lhe tudo aquilo que há
de entontecer um grão-vizir?

E, se depois de tanto mimo
que o atraia, ele se sente
pobre, sem paz e sem arrimo,
alma vazia, amargamente?

Não é feliz. Mas que fazer
para consolo desta criança?
Como em seu íntimo acender
uma fagulha de confiança?

Eis que acode meu coração
e oferece, como uma flor,
a doçura desta lição:
dar a meu filho meu amor.

Pois o amor resgata a pobreza,
vence o tédio, ilumina o dia
e instaura em nossa natureza
a imperecível alegria.

Carlos Drummond de Andrade. Farewell. Rio de Janeiro, Record, 1996.

Fonte: Gramática da Língua Portuguesa Uso e Abuso. Suzana d'Ávila – Volume Único. Editora do Brasil S/A. Ensino de 1º grau. 1997. p. 76

03. O eu lírico, logo no início do poema, demonstra uma preocupação com:

- a) Ensinar o filho a ter sucesso profissional.
- b) Tornar o filho feliz, apesar de não saber como fazê-lo.
- c) Garantir ao filho todos os bens materiais possíveis.
- d) Fazer o filho compreender o valor da obediência.

04. Analise abaixo o fragmento do poema:

“E, se depois de tanto mimo / que o atraia, ele se sente / pobre, sem paz e sem arrimo, / alma vazia, amargamente?”

No trecho acima, o eu lírico questiona:

- a) A importância da disciplina na formação do caráter.
- b) A eficácia de presentes e permissividade em gerar felicidade verdadeira.
- c) A necessidade de castigos para corrigir erros infantis.
- d) O quanto o filho se afastou da família por ingratidão.

05. No desfecho do poema, quando o eu lírico conclui que deve oferecer ao filho “a doçura desta lição: / dar a meu filho meu amor”, a mensagem central expressa é que.

- a) O amor é o único bem realmente duradouro e capaz de preencher o ser humano.
- b) O amor dos pais substitui todas as necessidades materiais e emocionais.
- c) O amor é uma forma de educar que dispensa limites e regras.
- d) O amor é um sentimento inato e, portanto, não precisa ser cultivado.

06. No trecho:

“Como fazer feliz meu filho? Não há receitas para tal.”

A pontuação utilizada pelo autor tem a função de:

- a) Indicar uma pausa dramática e marcar a interrogação da dúvida do eu lírico.
- b) Separar o sujeito do predicado.
- c) Destacar o verbo principal da oração.
- d) Indicar a enumeração de ideias.

07. Analise o verso:

“E, se depois de tanto mino que o atraia, ele se sente pobre, sem paz e sem arrimo...”

Assinale a alternativa que explica **corretamente** o uso do pronome oblíquo “se”.

- a) Está posicionado em próclise porque vem após o verbo no presente do indicativo.
- b) Está posicionado em ênclise porque o pronome ele é atrativo.
- c) Está incorreto; o pronome deveria vir antes do verbo “sente”.
- d) É mesóclise, pois o verbo está no futuro do presente.

08. Considere o trecho:

“Pois o amor resgata a pobreza, vence o tédio, ilumina o dia e instaura em nossa natureza a imperecível alegria.”

Com base na análise sintática, é **correto** afirmar que:

- a) O sujeito da oração é simples e oculto.
- b) O sujeito é indeterminado, pois não se sabe quem realiza a ação.
- c) O sujeito é simples, representado pelo termo “o amor”.
- d) A oração não possui sujeito, pois o verbo expressa fenômeno da natureza.

Leia o texto abaixo para responder à questão 9.

MÚSICA: FAZ PARTE DO MEU SHOW

Cazuza

Compositor: Cazuza/Renato Ladeira

Te pego na escola
E encho a tua bola
Com todo o meu amor
Te levo pra festa
E testo o teu sexo
Com ar de professor
Faço promessas malucas
Tão curtas quanto um sonho bom
Se eu te escondo a verdade, baby
É pra te proteger da solidão

Faz parte do meu show
Faz parte do meu show, meu amor
Confundo as tuas coxas
Com as de outras moças
Te mostro toda a dor
Te faço um filho
Te dou outra vida
Pra te mostrar quem sou
Vago na lua deserta
Das pedras do Arpoador
Digo "alô" ao inimigo
Encontro um abrigo
No peito do meu traidor
Faz parte do meu show
Faz parte do meu show, meu amor

Invento desculpas
Provoco uma briga
Digo que não estou
Vivo num clip sem nexo
Um pierrô-retrocesso
Meio bossa nova e rock 'n' roll

Faz parte do meu show
Faz parte do meu show, meu amor.

<https://armazemdetexto.blogspot.com/search/label/M%C3%9ASICA>

09. No verso:

“Se eu te escondo a verdade, baby / É pra te proteger da **solidão**.”

A palavra “**solidão**” assume, nesse contexto, o sentido de:

- a) Sentimento de abandono e vulnerabilidade emocional do parceiro.
- b) Isolamento físico em um ambiente desconhecido.
- c) Falta de comunicação com os amigos.
- d) Ausência de dinheiro ou bens materiais.

10. No verso:

“Vivo num clip sem nexo / Um pierrô-retrocesso / Meio bossa nova e rock 'n' roll.”

A linguagem utilizada evidencia:

- a) Aliteração e assonância, apenas para efeito sonoro.
- b) Ironia e antítese, para criticar o comportamento alheio.

- c) Hipérbole e repetição, reforçando a musicalidade da letra.
- d) Metáfora e neologismo, criando uma imagem híbrida e simbólica da vida do eu lírico.

CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS

11. Observe as seguintes proposições:

- I. (A) André estuda raciocínio lógico.
 II. (B) André estuda português.
 III. (C) André irá passar no concurso.

O item que representa simbolicamente a expressão: “Se e somente se Maurício estuda raciocínio lógico e português irá passar no concurso” é:

- a) $(A \vee B) \Leftrightarrow C$.
 b) $(A \wedge B) \Leftrightarrow C$.
 c) $A \Leftrightarrow (B \vee C)$.
 d) $(A \wedge C) \Leftrightarrow B$.

12. A negação da afirmação “Arnaldo é torcedor do Flamengo e organiza torcida” é equivalente a:

- a) “Não é verdade que Arnaldo não organiza torcida e não torce Flamengo.”.
 b) “Arnaldo não é torcedor do Flamengo e não organiza torcida.”.
 c) “Não é verdade que Arnaldo é torcedor do Flamengo e não organiza torcida.”.
 d) “Ou Arnaldo não torce Flamengo ou não organiza torcida.”.

13. Um investidor aplica R\$ 20.000,00 em um fundo que opera sob o regime de juros compostos, com taxa de 2% ao mês. Após 12 meses, ele resgata o montante e reinveste 80% desse valor em outra aplicação, com taxa de 1,5% ao mês, por mais 8 meses. O restante do valor resgatado ele mantém em conta corrente. Considerando que não há incidência de impostos ou taxas administrativas, assinale a alternativa correta sobre o valor total ao final do segundo período de investimento. (Use que $1,02^6 \approx 1,126$ e $1,015^4 \approx 1,061$).

- a) O valor total acumulado após os 20 meses (12 + 8) é inferior a R\$ 25.000,00.
 b) O montante do primeiro investimento (após 12 meses) é superior a R\$ 26.000,00.
 c) Se o investidor não tivesse feito o reinvestimento e mantivesse todo o montante do primeiro período aplicado por mais 8 meses à mesma taxa de 2% ao mês, o resultado final seria mais vantajoso financeiramente.

- d) O valor reinvestido (80% do montante do primeiro investimento) rende, no segundo período, um montante menor que R\$ 22.000,00.

14. Dona Fernanda, depois de anos produzindo coxinhas para consumo imediato, passou a fornecer para lanchonetes coxinhas pré-assadas. Ao longo dos 26 dias que houve fornecimento no mês de dezembro de 2026, os dados foram descritos na tabulação abaixo:

Nº de dias	8	7	5	4	2
Nº de centos de coxinhas vendidas	48	52	56	57	61

Com estes dados, em relação às medidas de dispersão aplicadas ao número de centos de coxinhas vendidas, podemos concluir que o coeficiente de variação foi de aproximadamente.

- a) 2,4%.
 b) 7,8%.
 c) 12,6%.
 d) 15,6%.

15. Emanuel quer separar 10 diferentes bolas de gude, também conhecida como bilas, em dois sacos diferentes, de modo que nenhum saco fique vazio. Assim, o número de maneiras que Emanuel pode fazer essa separação é:

- a) 1022.
 b) 101.
 c) 22.
 d) 2.

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

16. A evolução histórica do Município de Pacatuba–CE envolve diferentes marcos administrativos, como a criação da freguesia, a elevação à vila e, posteriormente, a criação oficial do município. Considerando essas informações, assinale a alternativa que indica a data oficial de criação do Município de Pacatuba – CE:

- a) 18 de março de 1842.
 b) 8 de outubro de 1869.
 c) 5 de novembro de 1869.
 d) 17 de agosto de 1889.

17. Com base nos aspectos geográficos do Município de Pacatuba – CE, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O clima predominante é tropical quente semiárido brando, com chuvas concentradas entre os meses de janeiro e junho.

- b) A hidrografia do município integra a bacia do Rio Cocó, destacando-se riachos como o Gavião, Alegrete, Salgado e Água Fria, além de açudes como o Açude Gavião.
- c) O relevo é formado exclusivamente por áreas montanhosas, estando integralmente localizado na Serra da Aratanha.
- d) A vegetação apresenta vestígios de Mata Atlântica e caatinga.
18. O Museu Histórico de Pacatuba é um importante equipamento cultural do município, reunindo acervo que preserva a memória local. De acordo com as informações apresentadas, assinale a alternativa que indica **corretamente** a data de inauguração do Museu Histórico de Pacatuba – CE.
- a) 02 de julho de 2004.
- b) 07 de setembro de 2004.
- c) 02 de julho de 2002.
- d) 07 de setembro de 2004.
19. A Câmara Municipal é o órgão do Poder Legislativo local, responsável pela elaboração das leis municipais e pela fiscalização do Poder Executivo. A sua composição observa os limites estabelecidos pela Constituição Federal, considerando a faixa populacional do município. No caso do Município de Pacatuba – CE, assinale a alternativa que indica **corretamente** a quantidade atual de vereadores que compõem a Câmara Municipal.
- a) 15 vereadores.
- b) 16 vereadores.
- c) 17 vereadores.
- d) 18 vereadores.
20. O Brasão do Município de Pacatuba – CE possui elementos simbólicos que representam aspectos históricos e naturais da cidade. Dentre esses elementos, destaca-se a presença de um animal que compõe o brasão do município. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o animal representado no brasão de Pacatuba – CE.
- a) Leão.
- b) Capivara.
- c) Paca.
- d) Gavião.

NOÇÕES DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. De acordo com os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil previstos nos artigos 1º a 4º da Constituição Federal de 1988, constituem fundamentos do Estado brasileiro:
- a) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.
- b) Independência nacional, autodeterminação dos povos e cooperação entre os povos.
- c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) Defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e concessão de asilo político.
22. Conforme o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, analise as afirmativas abaixo:
- I – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- II – É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- III – A casa é asilo inviolável do indivíduo, podendo qualquer autoridade nela entrar a qualquer momento sem consentimento do morador.
- Assinale a alternativa **correta**:
- a) V – V – F.
- b) V – F – V.
- c) F – V – V.
- d) V – V – V.
23. De acordo com o artigo 18 da Constituição Federal de 1988, que trata da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, analise as afirmativas abaixo:
- I – Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- II – A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos

Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, recusar fé aos documentos públicos.

Assinale a sequência **correta**.

- a) V – V – V.
- b) V – F – V.
- c) F – V – V.
- d) F – F – F.

24. De acordo com as disposições constitucionais sobre a Administração Pública e os servidores públicos (arts. 37 a 41 da Constituição Federal de 1988), é **correto** afirmar que:

- a) A Administração Pública pode agir independentemente da lei quando houver interesse público relevante.
- b) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão.
- c) Servidores públicos estáveis não podem perder o cargo em nenhuma hipótese.
- d) Os cargos públicos são acessíveis apenas a brasileiros natos.

25. Um agente público responsável por fiscalizar contratos passou a receber valores mensais de uma empresa contratada para deixar de apontar irregularidades na execução do serviço, garantindo a continuidade dos pagamentos sem as devidas correções.

De acordo com a Lei Nº 8.429/1992, essa conduta caracteriza:

- a) Prática administrativa permitida quando não houver prejuízo financeiro imediato.
- b) Ato de improbidade administrativa por recebimento de vantagem indevida.
- c) Falta funcional leve, punível apenas com advertência.
- d) Conduta sem relevância jurídica, por tratar-se de acordo entre as partes.

26. Durante a tramitação de uma nova lei, foi proposta norma que impediria o acesso imediato ao Poder Judiciário para questionar atos administrativos, exigindo o esgotamento prévio de todas as instâncias administrativas como condição obrigatória para ingresso em juízo, mesmo quando houvesse ameaça de lesão a direito individual.

À luz dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar que tal exigência:

- a) É plenamente válida, pois a Administração Pública possui competência exclusiva para revisar seus próprios atos.
- b) É compatível com a Constituição, desde que prevista em lei ordinária.
- c) Viola o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que assegura acesso ao Judiciário diante de lesão ou ameaça a direito.
- d) Aplica-se apenas aos direitos patrimoniais, não alcançando direitos fundamentais.

27. Um diretor de órgão público determinou a interdição imediata de um estabelecimento por descumprimento de normas sanitárias, com base em competência legal. O ato foi praticado por autoridade competente, com finalidade pública, forma prevista em lei, motivo existente e objeto lícito, produzindo efeitos independentemente de autorização judicial prévia.

À luz da teoria dos atos administrativos, é **correto** afirmar que.

- a) O ato é inválido, pois todo ato administrativo depende de autorização judicial para produzir efeitos.
- b) A validade do ato depende apenas da vontade da autoridade que o praticou.
- c) O ato é válido se presentes os requisitos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- d) O ato somente será válido após aprovação do Poder Legislativo.

28. A Lei Orgânica do Município possui natureza jurídica de:

- a) Lei ordinária estadual.
- b) Norma constitucional municipal.
- c) Decreto legislativo.
- d) Regimento interno do executivo.

29. O art. 29 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pacatuba estabelece que os membros da Mesa Diretora, isoladamente ou em conjunto, quando no exercício da Presidência, poderão ser destituídos de seus cargos mediante resolução, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Quanto ao quórum necessário para aprovação da resolução de destituição, assinale a alternativa **correta**:

- a) Maioria simples dos vereadores presentes à sessão.
- b) Aprovação por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.
- c) Aprovação por, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara.
- d) Unanimidade dos vereadores em exercício.
- 30.** O Regimento Interno da Câmara Municipal de Pacatuba disciplina as espécies de sessão legislativa, distinguindo-as conforme o período de funcionamento do Poder Legislativo.
- À luz dos arts. 96 e 97, assinale a alternativa **correta**.
- a) Sessão legislativa ordinária corresponde ao funcionamento da Câmara durante o período de recesso parlamentar.
- b) Sessão legislativa extraordinária ocorre exclusivamente para votação de matérias urgentes durante o ano legislativo regular.
- c) Sessão legislativa ordinária é aquela correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante o ano, enquanto a extraordinária corresponde ao funcionamento no período de recesso.
- d) Sessão legislativa extraordinária depende, obrigatoriamente, de convocação do Poder Executivo.
- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**
- 31.** Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, caso os responsáveis pelo controle interno tomem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade e não deem ciência ao Tribunal de Contas, poderão:
- a) Sofrer apenas responsabilização administrativa interna.
- b) Responder solidariamente.
- c) Ser responsabilizados apenas civilmente.
- d) Ter o ato convalidado automaticamente.
- 32.** No âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal, a verificação do cumprimento dos limites de despesa com pessoal constitui atribuição típica do controle interno porque:
- a) É matéria exclusiva do Poder Legislativo.
- b) Integra o dever de avaliar a execução orçamentária e a gestão fiscal.
- c) É atividade jurisdicional.
- d) Depende exclusivamente do Tribunal de Contas.
- 33.** De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste:
- a) Na autorização da despesa.
- b) No reconhecimento do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios.
- c) No pagamento da obrigação.
- d) Na inscrição em restos a pagar.
- 34.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o controle interno deve atuar prioritariamente:
- a) Apenas após a celebração do contrato.
- b) Somente na fase externa da licitação.
- c) Na gestão de riscos e no acompanhamento da execução contratual.
- d) Substituindo a comissão de contratação.
- 35.** A inscrição de despesa em restos a pagar não processados pressupõe:
- a) Liquidação e pagamento.
- b) Apenas empenho regularmente realizado até 31 de dezembro.
- c) Arrecadação da receita correspondente.
- d) Autorização do Tribunal de Contas.
- 36.** A transparência ativa prevista na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) impõe à Administração:
- a) Divulgar apenas dados mediante provocação.
- b) Publicar informações de interesse coletivo independentemente de solicitação.
- c) Restringir dados orçamentários.
- d) Fornecer dados pessoais irrestritamente.
- 37.** No tratamento de dados pessoais pela Administração Pública, a LGPD permite o tratamento:
- a) Apenas com consentimento do titular.
- b) Para execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos.
- c) Sem qualquer base legal.
- d) De forma ilimitada.
- 38.** A função distributiva do Estado, no âmbito das finanças públicas, relaciona-se:
- a) Ao controle da inflação.
- b) À alocação eficiente de recursos.
- c) À redistribuição de renda e redução de desigualdades.
- d) Ao equilíbrio contábil.
- 39.** O controle interno, ao avaliar a economicidade da gestão pública, deve analisar:
- a) Apenas a legalidade do ato.

- b) A relação entre custos incorridos e resultados alcançados.
c) Somente a regularidade contábil.
d) A constitucionalidade das leis.
40. À luz da nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021), o descumprimento doloso de normas da LRF que resulte em grave comprometimento do equilíbrio fiscal:
- a) Configura automaticamente improbidade por violação a princípio.
b) Somente caracteriza improbidade se houver dolo específico e lesão relevante ao bem jurídico tutelado.
c) Independe de comprovação de dano.
d) Prescinde de demonstração de elemento subjetivo.
41. O responsável pelo controle interno que, ciente de irregularidade grave apta a ensejar ato de improbidade administrativa, deixa de comunicar formalmente ao Tribunal de Contas e à autoridade competente, poderá:
- a) Responder apenas administrativamente por omissão funcional.
b) Responder solidariamente, nos termos do art. 74, §1º, da CF/88, sem prejuízo de eventual responsabilização por improbidade se presentes dolo e dano.
c) Ser automaticamente enquadrado por ato de improbidade culposa.
d) Não sofrer responsabilização, pois não possui função decisória.
42. O controle interno que deixa de implementar mecanismos de prevenção de riscos fiscais previstos no art. 59 da LRF.
- a) Age dentro da discricionariedade técnica.
b) Descumpra dever legal de fiscalização da gestão fiscal.
c) Não possui qualquer responsabilidade.
d) Apenas responde perante o Tribunal de Contas.
43. Após a Lei nº 14.230/2021, a responsabilização por improbidade administrativa exige:
- a) Culpa grave.
b) Dolo genérico.
c) Dolo específico comprovado.
d) Responsabilidade objetiva.
44. Considerando a disciplina constitucional do planejamento orçamentário (arts. 165 a 169 da CF/88) e a Lei nº 4.320/1964, é **correto** afirmar que:
- a) A inclusão de programa governamental no orçamento anual sem prévia previsão no PPA constitui mera irregularidade formal, sanável por abertura de crédito suplementar.
b) A compatibilidade entre PPA, LDO e LOA é exigência constitucional material, sendo vedada a execução de programa não previsto no PPA, salvo mediante lei que altere o plano plurianual.
c) A LDO possui natureza meramente programática, não vinculando a elaboração da LOA.
d) A ausência de compatibilidade entre LOA e PPA gera nulidade automática de todas as despesas executadas no exercício.
45. No âmbito da Administração Pública, o tratamento de dados pessoais para execução de políticas públicas previstas em lei:
- a) Depende necessariamente de consentimento expresso do titular.
b) Independe de qualquer fundamento legal específico, por se tratar de atividade estatal típica.
c) Pode ocorrer, dispensado o consentimento, desde que respeitados os princípios legais expressos.
d) É permitido apenas para dados anonimizados.
46. A anonimização de dados pessoais, nos termos da LGPD, implica:
- a) Exclusão definitiva do dado do âmbito de incidência da lei, independentemente de possibilidade de reversão.
b) Processo técnico pelo qual o dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, considerados meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento.
c) Supressão parcial de informações identificadoras, mantendo-se dados sensíveis.
d) Transformação automática do dado pessoal em dado público.

47. No contexto da execução de políticas públicas, a transparência ativa, a transparência passiva e os mecanismos de participação social constituem instrumentos estruturantes da accountability democrática. À luz da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Complementar nº 131/2009 e da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa **correta**:
- a) A transparência ativa limita-se à divulgação de relatórios fiscais resumidos, sendo a transparência passiva o único mecanismo juridicamente exigível para acesso a informações detalhadas sobre execução orçamentária.
 - b) A realização de audiências públicas durante os processos de elaboração do PPA, LDO e LOA é faculdade política do gestor, não constituindo requisito jurídico relacionado à transparência fiscal.
 - c) A transparência da gestão fiscal exige divulgação em tempo real de informações pormenorizadas sobre execução orçamentária e financeira, constituindo dever jurídico vinculado ao princípio da publicidade e à responsabilidade na gestão fiscal, independentemente de provocação do interessado.
 - d) A accountability na execução de políticas públicas se restringe ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo com auxílio do Tribunal de Contas, não abrangendo mecanismos de participação social.
48. À luz da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos mecanismos de governança, gestão de riscos e controle preventivo, e considerando a atuação do controle interno no acompanhamento da execução contratual, assinale a alternativa **correta**.
- a) A atuação do controle interno restringe-se à verificação posterior da regularidade formal do procedimento licitatório, sendo vedada sua interferência em fases preparatórias, sob pena de violação ao princípio da segregação de funções.
 - b) A Lei nº 14.133/2021 deslocou integralmente a responsabilidade pela gestão de riscos ao setor requisitante, não atribuindo ao controle interno qualquer dever estruturante relacionado à governança das contratações.
 - c) A implementação de mecanismos de gestão de riscos e controles internos prévios constitui dever institucional vinculado à governança das contratações, cabendo à alta administração estruturar ambiente de integridade, sem que isso implique substituição das funções decisórias do gestor.
 - d) A análise de legalidade dos contratos administrativos é atribuição exclusiva do controle externo, não podendo o controle interno emitir recomendações durante a execução contratual.
49. No tocante ao Plano de Contratações Anual (PCA) e sua relação com o controle interno, assinale a alternativa **correta**.
- a) O Plano de Contratações Anual possui natureza meramente indicativa e não integra o sistema de governança das contratações públicas.
 - b) A ausência de inclusão de determinada contratação no PCA invalida automaticamente o processo licitatório correspondente.
 - c) A elaboração do PCA é competência exclusiva do controle interno.
 - d) O PCA constitui instrumento de planejamento vinculado à governança das contratações, permitindo atuação preventiva do controle interno quanto à compatibilidade orçamentária e à racionalização das despesas.
50. Considerando o regime de responsabilização previsto na Lei nº 14.133/2021, em caso de superfaturamento contratual identificado após auditoria interna, é **correto** afirmar que:
- a) A responsabilização administrativa do agente exige demonstração de conduta culposa ou dolosa, observando-se o devido processo legal, sem prejuízo da apuração por órgãos de controle externo.
 - b) A simples ocorrência de superfaturamento implica responsabilização automática do agente público responsável pela fiscalização contratual.
 - c) O controle interno pode aplicar diretamente sanção de inidoneidade ao contratado.
 - d) A responsabilidade do fiscal do contrato é objetiva, bastando a existência de dano ao erário.